ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA – SECRETARIA DA FAZENDA - ELABORAÇÃO DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Aos dez dias do mês de abril de 2024, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, através da Secretaria da Fazenda, em cumprimento ao que estabelece a legislação em vigor, especialmente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, § único, realiza audiência pública eletrônica durante o processo de elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, através da disponibilização de arquivo, contendo as informações preparadas pela área fazendária. A apresentação ficará disponível para consulta através do link https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/, conforme divulgação no *site* da Prefeitura e na Imprensa Oficial. Também foi disponibilizado o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, como canal de interação com os munícipes para esclarecimento de dúvidas ou para a oferta de contribuições, visando assegurar a transparência e colaborando com a ampliação da participação popular no sentido de esclarecer a sociedade sobre a elaboração da LDO 2025 e aproveitar as sugestões para o aperfeiçoamento constante dos programas de governo possibilitando a construção de um planejamento voltado ao desenvolvimento social e econômico sustentável do município, proporcionando maior efetividade à gestão pública, em mais esta oportunidade. Além disso, com o fito de identificar quanto às áreas consideradas prioritárias e obter subsídios adicionais para aprimoramento do projeto em tela, foi disponibilizada no período de 15 de fevereiro a 15 de março p.p, neste mesmo link: https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/, a ferramenta "Planejamento Interativo" que viabilizou a participação popular no planejamento orçamentário de forma eletrônica, através da seleção de prioridades e oferta de sugestões, permitindo assim o aproveitamento da referida consulta pública em todas as peças de planejamento a serem elaboradas neste exercício. As sugestões ofertadas pelos munícipes através da ferramenta "Planejamento Interativo" foram registradas e encaminhadas à Secretaria de Relações Institucionais e Comunicação para a tramitação necessária e posterior disponibilização no Portal da Transparência. A Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, inicia a audiência discorrendo sobre o processo de planejamento e sua exigência legal em todas as esferas de governo, detalhando as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) e suas periodicidades, esclarecendo que o projeto da LDO é remetido ao Poder Legislativo em abril, compreendendo as diretrizes para elaboração do orçamento que se pretende executar no próximo exercício e que o orçamento é remetido ao Poder Legislativo em outubro, quando então são valorizados os programas e ações. Relata que o projeto da LDO dispõe sobre diretrizes gerais, estrutura e organização do orçamento, as prioridades e metas fiscais de receita e despesa, resultado primário e nominal, dívida pública, mecanismo de equilíbrio entre receitas e despesas, alterações na legislação tributária, despesas com pessoal e encargos, limitação de empenho, reserva de contingência, riscos fiscais, avaliação de resultados dos programas, condições e exigências para transferência de recursos a outras entidades, critério para início de novos projetos e incentivo a participação popular. Explica que o objetivo da LDO é dispor sobre metas fiscais de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, analisando o cenário econômico para prever metas factíveis e consequentemente realizar as despesas planejadas para concretizar tudo o que foi proposto. Relata que no momento da avaliação do cenário econômico são observados eventos que foram ou são capazes de mudar a economia, como ocorreu por exemplo com a Pandemia do COVID19 e a Guerra entre a Ucrânia e Rússia. Também avalia o cenário atual, dinâmico, com incertezas e de difícil previsibilidade, de acordo com o comportamento da inflação e da taxa de juros. Esclarece que a avaliação do cenário econômico se faz mais importante no momento da elaboração da LDO, uma vez que para definir as metas fiscais de receita e despesa, dívida consolidada e resultado primário e nominal são necessárias análises do PIB, inflação e taxa Selic. Quanto ao processo de planejamento da LDO para 2025, explica que o cenário macroeconômico atual possui muitas incertezas e que os dados

do passado não são padrão para previsões devido as grandes variações nos últimos anos e que, portanto, o projeto da LDO está baseado nas informações do momento presente e de acordo com expectativas dos órgãos técnicos nas áreas econômicas, pesquisas e estatísticas, bem como a importância de se propor metas financeiras e físicas factíveis. Ressalta também que é muito mais importante perseguir o equilíbrio entre receitas e despesas, independentemente do valor que se arrecade, isto é: se a meta de arrecadação se por algum motivo não puder ser atingida, deve-se buscar ao menos o equilíbrio, ajustando as despesas à realidade arrecadatória. Acrescenta que em relação aos investimentos priorizados e constantes do PPA, em função do desempenho da arrecadação, podem ser reduzidos, inclusive para não comprometer a manutenção de toda a estrutura que já existe. Ressalta a grande preocupação com eventos que ameaçam a arrecadação dos municípios, que são os entes mais afetados, aos quais são atribuídas cada vez mais responsabilidades sem que sejam indicados os recursos necessários para a sua implementação; e, ainda, com alterações no critério de distribuição/rateio, aumentando o recurso para alguns municípios as custas da diminuição de outros, citando como exemplos a Reforma Tributária e o Salário Educação. Em seguida demonstra os indicadores econômicos mais importantes para o contexto da LDO, iniciando pelo PIB Brasileiro que em 2023 apresentou um crescimento de 2,9% comparado com exercício anterior, mesmo com a desaceleração econômica observada no quarto trimestre e destaca o grande desempenho do setor agropecuário para a economia no ano passado. Ainda sobre o comportamento do PIB, apresenta alguns gráficos onde é possível observar que o resultado foi bom e traz algumas informações sobre os fatores que contribuíram para este resultado, como o reajuste do salário-mínimo, o programa Bolsa Família, o mercado de trabalho aquecido e o arrefecimento da inflação. Comenta sobre as expectativas de crescimento do PIB de 1,8% para 2024 e de 2% a.a. de 2025 a 2027. Relata sobre o discreto crescimento industrial, devido a taxa de juros ainda elevada e sobre o comportamento da cotação do dólar. Discorre sobre o PIB Paulista, que apresentou um crescimento 0,8% em 2023, registrando elevação na agropecuária e nos serviços e recuo na atividade industrial, comentando que apesar de ser um resultado positivo no conjunto, ficou muito abaixo do resultado nacional, considerando que o desempenho do Estado de São Paulo normalmente é melhor no comparativo. Em relação as projeções para 2024, a Secretaria Adjunta apresenta as projeções mais otimistas da Fundação Seade para o PIB paulista: entre 1,2% a.a. e 2,5% a.a., motivadas pela queda da taxa de juros, inflação sob controle, barateamento do crédito, recuperação do consumo, aumento da produção, geração de empregos e melhora do quadro social, trazendo para o campo das incertezas somente as tensões geopolíticas e eventos climáticos extremos, como fatores capazes de comprometer as projeções. Comenta também sobre o Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo, elaborado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que aponta para um aumento da receita do ICMS acumulada em fevereiro frente ao mesmo período de 2023, o que considera uma boa notícia uma vez que em 2023 a receita apresentou déficit de arrecadação, sendo que o montante arrecadado foi inclusive inferior ao do ano anterior. Demonstra o índice de desemprego no Brasil, de 7,6% no trimestre encerrado em janeiro de 2024, sendo considerado pelo IBGE o melhor resultado para o período desde 2015. Expõe os efeitos da Inflação através de um gráfico que mostra a redução do poder de compra da moeda. Informa que a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, foi de 4,62% em 2023, inferior àquela verificada em 2022 e dentro do intervalo da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional. Ilustra também sobre o cenário da inflação antes e depois do Plano Real para reforçar a importância desse plano de estabilização econômica para o país. Informa sobre as perspectivas de inflação conforme divulgadas no Boletim Focus: aproximadamente 3,80% para 2024 e, para os exercícios seguintes: 2025 = 3,52%; 2026 = 3,50% e 2027 = 3,50%, complementando a informação com gráficos. Compara a taxa Selic de 2023 de 11,75% com a de 2022 de 13,75%, demonstrando a redução da taxa em virtude da convergência da inflação para a meta, com expectativa de continuidade da queda para 2024, devendo chegar aos 9,00% até o final do exercício e em 8,5%a.a. nos anos seguintes. Explica a importância da verificação e análise dos dados econômicos para a elaboração da LDO, visto que para prestação dos serviços públicos, o município depende da

arrecadação de recursos e estes podem sofrer interferências econômicas. Continua a exposição explicando que no momento da elaboração da LDO são realizadas estimativas de receitas e despesas de acordo com a situação econômica que ora se apresenta e que é impossível prever situações adversas fazendo-se, por esta razão, necessário o acompanhamento constante do cenário econômico e da execução orçamentária para realizar eventuais adaptações na elaboração do orçamento (LOA). Tendo em vista as incertezas no cenário econômico para a elaboração da LDO 2025, apresenta as principais receitas e as influências econômicas que podem alterar seus comportamentos como o ICMS que depende desempenho das empresas, o IPTU que depende da UFESP, aumento de unidades imobiliárias e da inadimplência, o FPM que depende da taxa de desemprego e indústria automobilística e IPVA que depende do aumento da frota. Explica que o projeto da LDO contém diversos anexos, como o Anexo de Riscos Fiscais, cujo objetivo é demonstrar os possíveis eventos com potencial de afetar o equilíbrio fiscal, descrevendo as providências a serem tomadas, eventos como a frustação da receita, restituições não esperadas, despesas não orçadas ou orçadas a menor e explica que na elaboração do orçamento já há uma previsão da reserva de contingência para amparar esses possíveis eventos. Na sequência, explana detalhadamente sobre cada um dos oito demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais: no demonstrativo 1, apresenta as metas de receitas e despesas para o próximo exercício (2025) e também para os dois anos seguintes, além do resultado primário e nominal e a dívida pública consolidada; no demonstrativo 2, apresenta a avaliação das metas programadas e realizadas do exercício anterior (2023); no demonstrativo 3, apresenta os resultados fiscais obtidos nos exercícios anteriores já encerrados (2022 e 2023), as metas programadas para o exercício corrente (2024) e também as metas projetadas para o período de 2025 a 2027, em valores a preços correntes e constantes; no demonstrativo 4, apresenta a evolução do Patrimônio Líquido desde de 2021 até o último exercício encerrado, destacando o patrimônio do regime previdenciário e a influência das provisões matemáticas nos resultados; no demonstrativo 5, apresenta a aplicação dos recursos provenientes da Alienação de Bens; no demonstrativo 6, apresenta a situação financeira do RPPS e a projeção atuarial; no demonstrativo 7, apresenta a estimativa e compensação das renúncias de receita praticadas no município, todas elas autorizadas legalmente; e, no demonstrativo 8, apresenta a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Na sequência, comenta sobre o Anexo da Estrutura Orçamentária, que se assemelha à estrutura administrativa do município (Prefeitura e Entidades integrantes do orçamento), sendo codificadas em unidades orçamentárias e, por fim, sobre os Anexos dos Programas Governamentais (V) e de Unidades Executoras e Ações para Desenvolvimento dos Programas (VI), que apresentam a codificação de todos os programas e ações que se interrelacionam às unidades orçamentárias, sendo a tradução das prioridades constantes no plano de governo, para a linguagem orçamentária, que são selecionadas do Plano Plurianual, elaborado a partir de diagnósticos e do planejamento estratégico. Explica ainda que, além das exigências legais, em termos de estrutura (anexos) do projeto da LDO, da análise econômica, dos planos setoriais e do alinhamento ao plano de governo, também são levados em consideração os anseios da população coletados por meio da ferramenta “Planejamento Interativo” assim como em todos os canais alternativos disponibilizados para a participação popular e que todas essas variáveis são analisadas e quantificadas para checar a viabilidade técnica e a possível inclusão no orçamento das sugestões coletadas. Encerra a Audiência referente a elaboração da LDO 2025, reforçando quanto a disponibilização do e-mail fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para dúvidas e sugestões. O vídeo da audiência da Lei Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 tem duração de 1 (uma) hora e 43 (quarenta) minutos e foi disponibilizado na data e horário convencionados. Registro que não houve o encaminhamento de dúvidas ou sugestões em relação a apresentação da audiência para o e-mail disponibilizado para tal finalidade. Eu, Larissa Bruna de Almeida, DAS III, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 02 de maio de 2024.

LARISSA BRUNA DE ALMEIDA:37797961808

Assinado digitalmente por LARISSA BRUNA DE ALMEIDA:37797961808
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=58379843000120, OU=presencial, CN=LARISSA BRUNA DE ALMEIDA:37797961808
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.03 09:41:36-03'00'
Foxit PDF Reader Enterprise Versão: 2023.2.0